

e guarda: normas, processos jurídicos e psicossocial, adoção à brasileira e adoção internacional. 6.5 Violência contra crianças e adolescentes e combate à violência. 6.6 Formas de violência contra crianças e adolescentes: maus-tratos, abuso sexual, negligência e abandono. 6.7 Prostituição infanto-juvenil. 6.8 Extermínio, seqüestro e tráfico de crianças. 6.9 Exploração sexual no trabalho e no tráfico de drogas. 6.10 Turismo sexual. 6.11 Violência dos jovens. 6.12 Gangues. 6.13 Delinquência infanto-juvenil: visão psicológica, cultural e sociológica. 6.14 Trajetórias delinqüenciais e o papel da família e da justiça. 6.15 Meninos e meninas de rua: questões econômica e social e o abandono. 6.16 Trabalho infanto-juvenil. 6.17 Novas modalidades de família: diagnóstico, abordagem sistêmica e estratégias de atendimento e acompanhamento. 6.18 Alternativas para a resolução de conflitos: conciliação e mediação. 7 Balanço social. 8 SA 8.000 e ISO 14.000. 9 Estatuto do Idoso. 10 Gerência de projetos: projeto, programa, ciclo de vida, gerenciamento de projetos. 11 Noções de planejamento estratégico. 12 Inovação: conceitos, princípios, tipologia, potencial para o desenvolvimento sustentável. 13 Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: conceitos básicos, características e vantagens.

CARGO 11: TÉCNICO EM DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA – FORMAÇÃO: AGRONOMIA

1 Legislação Federal pertinente à defesa vegetal. 1.1. Decreto n.º 24.114, de 12 de abril de 1934. 1.2 Lei n.º 9.712, de 20 de novembro de 1998. 1.3 IN n.º 38, de 14 de outubro de 1999. 1.4 IN n.º 11, de 27 de março de 2000. 1.5 IN n.º 6, de 13 de março de 2000. 1.6 IN n.º 41, de 21 de junho de 2002. 1.7 IN n.º 23, de 29 de abril de 2008. 1.8 IN n.º 20, de 10 de abril de 2003. 1.9 IN n.º 16, de 18 de março de 2003. 1.10 Lei n.º 10.711, de 5 de agosto de 2003. 1.11 Portaria n.º 21, de 25 de março de 1999. 1.12 IN n.º 54, de 4 de dezembro de 2007. 1.13 IN n.º 55, de 4 de dezembro de 2007. 1.14 IN n.º 52, de 20 de novembro de 2007. 1.15 IN n.º 59, de 20 de dezembro de 2007. 1.16 IN n.º 3, de 8 de janeiro de 2008. 1.17 IN n.º 2, de 29 de janeiro de 2007. 1.18 IN n.º 9, de 2 de julho de 2005. 1.19 IN n.º 24, de 16 de dezembro de 2005. 1.20 Decreto n.º 5.741, de 30 de março de 2006. 1.21 IN n.º 19 de 24 de julho de 2006. 1.22 IN n.º 32, de 29 de setembro de 2006. 1.23 IN n.º 291, de 23 de julho de 1997. 1.24 IN n.º 17, de 31 de maio de 2005. 1.25 Decreto n.º 5.153, de 23 de agosto de 2004. 1.26 IN n.º 20, de 16 de abril de 2008. 2 Legislação Estadual pertinente à defesa vegetal. 2.1 Lei n.º 6.478, de 13 de setembro de 2002. 2.2 Decreto n.º 392, de 11 de setembro de 2003. 2.3 Decreto n.º 709, de 25 de outubro de 1995. 2.4 Decreto n.º 4.758, de 3 de agosto de 2001. 2.5 Decreto n.º 4.927, de 5 de novembro de 2001. 2.6 Decreto n.º 4.928, de 5 de novembro de 2001. 2.7 IN n.º 1, de 30 de julho de 2002. 3 Legislação pertinente à classificação de produtos de origem vegetal. 3.1. Lei n.º 9.972, de 25 de maio de 2000. 3.2 Decreto n.º 6.268, de 22 de novembro de 2007. 3.3 IN n.º 1, de 5 de março de 2001. 3.4 IN n.º 2, de 10 de setembro de 2002. 3.5 IN n.º 5, de 16 de maio de 2001. 3.6 IN n.º 6, de 16 de maio de 2001. 4 Legislação pertinente à inspeção de produtos de origem vegetal. 4.1 Metodologia aplicada para coleta de amostra de bebidas. 4.2 Metodologia aplicada para coleta de amostra de grãos. 4.3 Procedimento para análise pericial de contraprova e de desampate. 4.4 Atividade pertinente ao regulamento da Lei n.º 8.918/1994 e ao Decreto n.º 2.314/1997 (Termo de inspeção, termo de apreensão, auto de infração etc.) 4.5 Ação de inspeção e fiscalização de agroindústria. 5 Registro de Agrotóxicos. 5.1 Competência do Registro (MAPA, Saúde e Meio Ambiente), cadastro no Estado da Federação para comercialização do produto, Registro Especial Temporário, Uso do EPI e forma de aplicação de agrotóxico (Lei n.º 7.802/1989 e Decreto n.º 4.074/2002). 5.2 Receituário Agrônomo: sua aplicação e uso na aquisição de agrotóxicos (Lei n.º 7.802/1989 e Decreto n.º 4.074/2002). 5.3 Embalagens vazias: obrigações do revendedor, do agricultor e do fabricante; triplíce lavagem e lavagem sob pressão e destino final das embalagens vazias (Lei n.º 9.974/2000 e Decreto n.º 3.550/2000). 6 Manejo integrado de pragas. 7 Quarentena vegetal. 8 Área livre de pragas. 9 Zona de baixa prevalência. 10 Sintomas, prevenção e controle de pragas quarentenárias presentes no Brasil. 11 Sintomas, prevenção e controle de pragas de importância regional no Estado do Pará. 12 Sintomatologia, etiologia, bioecologia e conceitos em fitopatologia e entomologia. 13 Pragas quarentenárias. 14 Pragas não quarentenárias regulamentadas. 15 Sistemas de manejo de riscos (sistema *approach*). 16 Agricultura orgânica. 17 Armazenamento de produtos agropecuários. 18 Conhecimentos básicos sobre organismos internacionais e blocos econômicos regionais. 19 *Codex Alimentarius*: conhecimentos gerais. 20 Lei da propriedade industrial (biotecnologia, indicações geográficas, marcas coletivas e marcas de certificação). 21 Organismos geneticamente modificados. 22 Gerência de projetos: projeto, programa, ciclo de vida, gerenciamento de projetos. 23 Noções de planejamento estratégico. 24 Inovação: conceitos, princípios, tipologia, potencial para o desenvolvimento sustentável. 25 Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: conceitos básicos, características e vantagens.

CARGO 12: TÉCNICO EM DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA – FORMAÇÃO: ENGENHARIA FLORESTAL

1 Anatomia e estrutura da madeira. 1.1 Principais características da madeira. 1.2 Utilização das principais espécies florestais da região. 1.3 Características anatômicas da madeira de interesse para identificação (parênquima, raios lenhosos e vasos). 1.4 Identificação científica das espécies florestais comercializadas no Estado do Pará. 2 Classificação biológica da madeira. 2.1 Bases

e critérios do sistema de classificação biológica. 2.2 Aplicação correta do Sistema de Nomenclatura Binominal. 2.3 Aplicação correta dos métodos para cálculo de volume em tora e serrada. 2.4 Coeficientes de conversão: mdc (metro de carvão), stereo, metro cúbico de madeira serrada e em tora (IBAMA). 3 Conceitos Básicos em Ecologia. 3.1 Aplicação correta dos conceitos em ecologia. 3.2 Principais ecossistemas existentes no Estado. 3.3 Importância das florestas no tocante às questões: social, econômica e ambiental. 4 Manejo Florestal. 4.1 Diferentes modalidades de plano de manejo. 4.2 Espécies protegidas por lei ou que tenham restrição de corte. 5 Sistemas agroflorestais: tipos de sistemas, espécies amazônicas recomendadas para sistemas agroflorestais, utilização de culturas intercalares como base do sistema, importância para a pequena propriedade. 6 Tecnologia e industrialização de produtos florestais: produtos florestais não madeireiros utilizados na Amazônia, classificação de madeira, industrialização de madeira laminada, serrada, aglomerada e compensada. 7 Geoprocessamento: princípios de cartografia, coordenadas geográficas, conceitos básicos de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), noções de GPS e análise de mapas. 8 Legislação ambiental estadual na Constituição Estadual: Lei n.º 6.963 de 16/4/2007, Lei n.º 5.887, de 9/5/95, Lei n.º 6.745, de 6/5/2005, Lei n.º 6.506, de 2/12/2002, Lei n.º 6.381, 25/6/2001, Lei n.º 6.462, de 4/7/2002. 9 Legislação ambiental federal na Constituição Federal: Lei n.º 11.284, de 2/3/2006, e o Decreto n.º 6.063, de 20/3/2007, Lei n.º 6.938, de 31/8/1981, e o Decreto n.º 99.274, de 6/6/1990, Lei n.º 9.605, de 12/2/1998 e o Decreto n.º 3.179, de 21/9/1999, Lei n.º 9.985, de 18/7/2000 e o Decreto n.º 4.340, de 23/8/2000, Lei n.º 4.771/1965 modificada pela Medida Provisória n.º 2.166-67/2001 e regulamentada pelo Decreto n.º 5.975, de 30/10/2006, Decreto n.º 4.297, de 10/7/2002; Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente n.º 1/1986 e n.º 237/1997; IN n.º 4/2006, IN n.º 5/2006, IN n.º 6/2006; Decreto n.º 5.975, de 30/11/2006. 10 Gerência de projetos: projeto, programa, ciclo de vida, gerenciamento de projetos. 11 Noções de planejamento estratégico. 12 Inovação: conceitos, princípios, tipologia, potencial para o desenvolvimento sustentável. 13 Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: conceitos básicos, características e vantagens. 14 Decreto n.º 5.741, de 30 de março de 2006. 15 Lei n.º 9.712, de 20 de novembro de 1998.

CARGO 13: TÉCNICO EM DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA – FORMAÇÃO: MEDICINA VETERINÁRIA

1 Legislação Federal. 1.1 Defesa Animal: Decreto n.º 24.548, de 3/7/1934, Lei n.º 569, de 21/12/1948, Decreto n.º 27.932, 28/3/1950, Portaria n.º 108, de 17/3/1993, Portaria n.º 162, de 18/10/1994, Lei n.º 9.712, de 20/11/1998, Portaria SDA n.º 16, de 26/1/1989, Portaria SDA n.º 50, de 19/5/1996, Decreto n.º 5.741 de 30/3/2006, Decreto n.º 6.348, de 8/1/2008, Portaria n.º 4, de 21/1/2000, Ofício Circular GAB/DIPOA n.º 6, de 6/7/2001, Instrução de Serviço DDA n.º 13, de 26/4/2002, Portaria n.º 43 GAB/Ministro, de 10/2/2006, Instrução Normativa n.º 61, de 6/11/2006, Instrução Normativa SDA n.º 17, de 13/7/2006, Instrução Normativa GAB/Ministro n.º 25, de 12/6/2007, Instrução Normativa n.º 30, de 4/7/2007, Instrução Normativa n.º 51, de 5/11/2007, Instrução Normativa n.º 44, de 2/10/2007, Instrução Normativa n.º 53, de 23/11/2007, Instrução Normativa SDA n.º 39, de 7/11/2007, Instrução Normativa n.º 42, de 13/12/2007, Instrução Normativa SDA n.º 25, de 28/6/2007, Instrução Normativa GAB/Ministro n.º 2, de 10/1/2001, Instrução Normativa n.º 21, de 16/5/2001, Instrução de Serviço DDA n.º 20, de 28/6/2002, Instrução Normativa n.º 45, de 15/6/2004, Instrução Normativa SDA n.º 1, de 4/1/2001, Instrução Normativa SDA n.º 32, de 13/5/2002, Instrução Normativa Ministerial n.º 5, de 1/3/2002, Portaria Ministerial n.º 516, de 9/12/1997, Instrução de Serviço DOI/DIPOA n.º 1, de 7/3/2002, Instrução Normativa SDA n.º 6, de 26/2/1999, Instrução Normativa SDA n.º 15, de 15/2/2002, Decreto n.º 5.053, de 22/4/2004, Instrução Normativa GAB/Ministro n.º 18, de 15/12/2003, Instrução Normativa SDA n.º 53, de 2/7/2003, Instrução Normativa Ministerial n.º 6, de 9/3/2004, Instrução Normativa SDA n.º 6, de 8/1/2004, Instrução Normativa SDA n.º 59, de 24/8/2004, Instrução Normativa SDA n.º 24, de 5/4/2004, Instrução Normativa SDA n.º 27, de 20/4/2004, Instrução Normativa SDA n.º 47, de 18/6/2004, Instrução Normativa SDA n.º 87, de 10/12/2004, Instrução Normativa Ministerial n.º 15, de 3/6/2006, Instrução Normativa SDA n.º 17, de 7/4/2006, Instrução Normativa SDA n.º 44, de 23/8/2001, Instrução Normativa conjunta SDA n.º 2, de 21/2/2003, Instrução Normativa SDA n.º 78, de 3/11/2003, Portaria n.º 193, de 19/9/1994, Instrução Normativa Ministerial n.º 11, de 1.º/9/2003, Instrução Normativa Ministerial n.º 18, de 18/7/2006, Instrução Normativa SDA n.º 30, de 7/6/2006, Instrução Normativa Ministerial n.º 41, de 24/12/2006, Instrução Normativa Ministerial n.º 8, de 3/4/2007, Instrução Normativa Ministerial n.º 22, de 22/5/2007, Instrução Normativa SDA n.º 33, de 24/8/2007, Instrução Normativa Ministerial n.º 56, de 4/12/2007. 1.2 Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal: (GESIE). Lei n.º 1.283, de 18/12/1950, Decreto n.º 30.691, de 29/3/1952, Lei n.º 7.889, de 23/11/1989, Portaria n.º 368, de 4/9/1997, Portaria n.º 46, de 10/2/1998, Instrução Normativa n.º 42 , de 20/12/1999, Portaria n.º 210, de 10/11/1998, Portaria n.º 304, de 22/4/1996, Portaria n.º 89, de 15/7/996, Portaria n.º 90, de 15/7/1996, Instrução Normativa n.º 3, de 17/1/2000, Ofício Circular n.º 23, de 24/6/2005, Portaria n.º 4, de 3/1/1978, Instrução Normativa n.º 51, de 18/9/2002, Resolução n.º 10, de 22/5/2003, Portaria n.º

6, de 25/7/1985, Instrução Normativa n.º 22, de 24/11/2005, Portaria n.º 1, de 21/2/1990, Decreto n.º 56.585, de 20/7/1965, Portaria n.º 185, de 13/5/1997, Portaria n.º 52, de 29/12/2000. 2 Legislação de Defesa Sanitária Animal do Estado do Pará. 2.1 Inspeção Animal: (GESIE). Lei Estadual n.º 6.679, de 10/8/2004. 3 Doenças de Notificação Obrigatória – Aspectos clínicos e epidemiológicos, e diagnóstico clínico e laboratorial: raiva dos herbívoros, Doença de Aujeszky, paraplexia enzoótica dos ovinos, encefalopatia espongiiforme bovina, encefalomilite eqüina, brucelose e tuberculose bovina e bubalina, epididimite ovina, artrite-encefalite caprina, anemia infecciosa eqüina, mormo, peste suína clássica, salmonelose suína e aviária, Marek, Newcastle, micoplasmose aviária, influenza aviária e eqüina, febre aftosa, estomatite vesicular, diarreia viral bovina, rinotraqueíte infecciosa bovina, língua azul, varíola bovina, ectima contagioso, carbúnculo hemático e sintomático. 4 Princípios de Epidemiologia: Mortalidade, morbidade, incidência, prevalência. 5 Conceitos sobre vigilância epidemiológica. 5.1 Ativa x Passiva. 5.2 Primária, secundária e terciária. 5.3 Ações de vigilância utilizadas em defesa sanitária animal. 6 Programas sanitários nacionais. 7 Plano de Contingência à Influenza Aviária e Doença de Newcastle – MAPA. Execução e relatório de atividades do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, ano base 2007 – MAPA. Manual de procedimentos para atenção de suspeitas de doenças vesiculares, do panafotosa. Classificação de risco nacional contra a febre aftosa MAPA. 8 Organização Mundial de Saúde Animal. Missão – países membros. 8.1 Países ou zonas livres de febre aftosa com e sem vacinação. 8.2 Doenças de notificação obrigatória a OIE. 8.3 Sistema de notificação de doenças. Código zoonitário para os animais terrestres. 8.4 Laboratórios de referência para o diagnóstico da febre aftosa. 9 Centro Panamericano de Febre Aftosa. Sistema Continental de Vigilância Epidemiológica. 10 Gerência de projetos: projeto, programa, ciclo de vida, gerenciamento de projetos. 11 Noções de planejamento estratégico. 12 Inovação: conceitos, princípios, tipologia, potencial para o desenvolvimento sustentável. 13 Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: conceitos básicos, características e vantagens

CARGO 14: AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA

1 Legislação Federal pertinente ao trânsito de vegetais e de animais. 1.1 Instrução Normativa n.º 11/2000. 1.2 Instrução Normativa n.º 38/1999. 1.3 Lei n.º 10.711/2003. 1.4 Instrução Normativa referente ao trânsito de animais. 1.5. Lei n.º 9.712/1998. 2 Conhecimentos específicos em defesa e inspeção vegetal e animal. 2.1 Lei Estadual de Defesa Vegetal n.º 6.478/2002 e Decreto n.º 392/2003. 2.2 Lei Estadual de Defesa Animal e Decreto Regulamentar. 2.3 Lei de Inspeção Animal e Decreto Regulamentar. 3 Noções básicas sobre classificação de produtos de origem vegetal e produtos de origem animal. 3.1 Lei n.º 9.972/2000. Decreto n.º 6.268/2007. 3.3 Lei n.º 8.918/1994. 3.4 Decreto n.º 2.314/1997. 4 Uso e aplicação corretos de agrotóxicos. 5 Destino final de embalagens vazias. 6 Uso obrigatório de EPI. 7 Noções de fitossanidade. 8 Identificação de pragas agrícolas. 9 Noções de sanidade animal.

CARGO 15: ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

1 Conceitos de *internet* e de *intranet*. 1.1 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à *internet/intranet*. 1.2 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. 1.3 Conceitos de protocolos, *World Wide Web*, organização de informação para uso na internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da *internet*. 1.4 Conceitos de proteção e segurança. 2 Fundamentos de sistemas operacionais: conceito, funções, características, componentes e classificação. 3 Comunicação de dados, redes e conectividade. 3.1 Evolução dos sistemas de computação. 3.2 Evolução das arquiteturas. 3.3 Redes de Computadores. 3.4 Topologias: linhas de comunicação, redes geograficamente distribuídas, topologias em estrela, anel e barra, *hubs* e *switches*. 3.5 Meios de transmissão: par trançado, cabo coaxial, fibras óticas, outros meios de comunicação. 3.6 Ligação ao meio: ponto a ponto, multiponto, redes de fibra ótica. 3.7 Arquiteturas de redes de computadores. 4 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de *hardware* e de *software*. 4.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (*backup*). 4.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, de pastas e programas e de instalação de periféricos. 4.3 Principais aplicativos comerciais para edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros. 5 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros. 6 Programação. 6.1 Construção de algoritmos: tipos de dados simples e estruturados, variáveis e constantes, comandos de atribuição, avaliação de expressões, comandos de entrada e saída, funções pré-definidas, conceito de bloco de comandos, estruturas de controle, subprogramação, passagem de parâmetros, recursividade; programação estruturada. 6.2 Orientação a objetos: conceitos fundamentais, princípios de programação.

CARGO 16: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

1 Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade. 2 Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica. 3 Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos. 4 Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos. 5 Plano